P. M. CARACARAI
PROC: 083/2020
FLS: 176
Ass: Luciany

# TERMO DE CONTRATO DE Nº 044/2020

**TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL EM SAÚDE, SENDO SEIS TÉCNICOS EM SAÚDE, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA ATENDER AS AÇÕES DE COMBATE AO CORONA VÍRUS (COVID-19) NA SEDE, AREAS CIRCUNVIZINHAS E AREAS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARACARAI E O PROFISSIONAL LUCIANA DA SILVA LOURENÇO, NA FORMA ABAIXO MENCIONADA:**

**O MUNICÍPIO DE CARACARAI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J sob o n° 04.653.408/0001-13, situada a Praça do Centro Cívico – Centro - Caracaraí – RR, através da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrito no C.N.P.J sob o nº 13.939.816/0001-27, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde, o Ilustríssimo Senhor **HENDRE GREGÓRIO DA SILVA**, brasileiro, inscrita no CPF n° 522.168.702-00, RG n° 231.354 SSP/RR, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Pessoa Física **LUCIANA DA SILVA LOURENÇO**, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade n° 263560 SSP/RR e do CPF n° 520.462.572-00, residente e domiciliado na Av. Jersey Monteiro, nº 134, Santo Antonio, doravante denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente, para **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL EM SAÚDE, SENDO SEIS TÉCNICOS EM SAÚDE, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA ATENDER AS AÇÕES DE COMBATE AO CORONA VÍRUS (COVID-19) NA SEDE, AREAS CIRCUNVIZINHAS E AREAS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ**, cuja celebração foi autorizada nos autos do Processo n° 083/2020-CL, e que se regerá pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de julho de 1993, com as modificações que lhe introduziu a Lei Federal n° 8.883, de 08 de junho de 1994, pelo estabelecido no Projeto Básico, parte integrante deste contrato, pelos termos da proposta vencedora, e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

**1.1** - O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL EM SAÚDE, SENDO SEIS TÉCNICOS EM SAÚDE, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA ATENDER AS AÇÕES DE COMBATE AO CORONA VÍRUS (COVID-19) NA SEDE, AREAS CIRCUNVIZINHAS E AREAS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ**, conforme identificado e especificado no Processo nº. 083/2020.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO SERVIÇO

**2.1** – O objeto deste contrato deverá ser executado de acordo com o cronograma estipulado pela Secretaria Municipal de Saúde, após a assinatura deste instrumento contratual.

2.1.1 Enfermeiros acarretará uma carga horaria de 30 horas semanais, em regime de plantões, definidos em escalas pelo departamento de atenção básica da secretaria municipal de saúde.

2.1.2 Técnico em enfermagem, acarretara uma carga horaria de 30 horas semanais, em regime de plantões, definidos em escalas pelo departamento de atenção básica da secretaria municipal de saúde.

Provisoriamente, a verificação da prestação de serviço se pelo departamento de atenção básica deste município.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS CONTRATUAIS

**3.1** - Constituem parte integrante deste contrato, como se nele estivessem incluídos os seguintes documentos:

Prefeitura Municipal Caracaraí
Cuidando de Você.
P M CARACARAI
PROC: 083/2020
FLS: 177
Ass: Luciany

a) Processo nº 083/2020-CL

**3.2** - Prevalecerá a norma deste contrato que conflitar com outra contida em qualquer dos documentos indicados no item 3.1 desta cláusula, exceto as normas editalícias que possuem aplicabilidade (eficácia) precípua em qualquer hipótese.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

**4.1**- A (o) **CONTRATADA (o)**, se obriga a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e, em especial:

a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

b) sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando fiel desempenho das atividades.

**4.2** - O **CONTRATANTE** deverá fiscalizar a execução do contrato, bem como:

a) Receber o objeto do contrato, através do setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com o inciso I, do art. 73 da Lei nº 8.666/93;

b) Notificar, por escrito, à (o) **CONTRATADA (o)** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção;

c) Efetuar o pagamento à (ao) **CONTRATADA (o)** em conformidade com o estipulado no parágrafo segundo da cláusula sexta deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E PRORROGAÇÃO**

**5.1** - O prazo para prestação dos serviços, objeto da cláusula primeira será até 90 (Noventa) dias, e de acordo com o cronograma estipulado pela Secretaria Municipal de Saúde, contados a partir da data de assinatura deste instrumento contratual.

**5.2** - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93.

**5.3** - Desde que atendidas às condições estipuladas no item anterior desta cláusula, o pedido de prorrogação do prazo poderá vir a ser feito pela pessoa física contratada, devendo o mesmo ser protocolado na Secretaria Municipal de Saúde, em data anterior a dos vencimentos do prazo contratual.

**CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO**

**6.1** O valor total para o fornecimento do objeto deste contrato é de **R$ 3.150,00 (Três Mil, Cento e Cinquenta Reais)**, sendo que o valor mensal será de **R$ 1.050,00 (Hum Mil e Cinquenta Reais),** mais o valor Adicional de Insalubridade 40% referente ao salário mínimo vigente no valor de **R$ 420,00 (Quatrocentos e Vinte Reais)** acrescido no valor mensal unitário a cada profissional, no total de **R$ 1.260,00 (Hum Mil e Duzentos e Sessenta Reais)** e os preços unitários são os constantes da proposta da (o) **CONTRATADA (o)**, aceitos na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes CONTRATANTES.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Secretaria Municipal de Saúde, efetuará o pagamento até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, após ter recebido a documentação fiscal do contratado (Nota Fiscal/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo setor competente.

Luciana

Prefeitura Municipal Caracaraí
Cuidando de Você
P M. CARACARAI
PROC 033/2020
FLS: 178

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nenhum pagamento será efetuado à (ao) **CONTRATADA (o)**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

## CLÁUSULA SÉTIMA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**7.1** - As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta do **Programa de Trabalho e elemento de Despesa**:

| FONTE DE RECURSO | PROGRAMA DE TRABALHO | ELEMENTO DE DESPESA | RED |
|---|---|---|---|
| COVID-19 | 10.122.0011.4.029 | 3390.36.00 | 368 |

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para cobertura das despesas relativas ao corrente exercício foi emitida nota de empenho por estimativa, no valor de **R$ 4.410,00 (Quatro Mil, Quatrocentos e Dez Reais)**, a conta da dotação especificada nesta cláusula.

## CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**8.1**- Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar à (ao) **CONTRATADA (o)** as seguintes sanções administrativas:

a) advertência por escrito;
b) multa de 1% (um por cento), por dia de atraso do fornecimento do objeto do contrato incorrendo ainda, na multa de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do empenho no caso do referido atraso ser igual ou superior pagar a 15 (quinze) dias, observando-se também neste caso, as demais sanções previstas na legislação pertinente.
c) suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a **CONTRATANTE** por um período não superior a 02 (dois) anos; e
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a (ao) **CONTRATADA (o)** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido prazo da sanção aplicada com base no item anterior;
e) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, caso a (o) **CONTRATADA (o)**venha a dar causa a rescisão contratual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" poderão também ser aplicadas à (ao) **CONTRATADA (o)** quando, em razão dos compromissos assumidos:

a) seu(s) representante(s) legal(ais) tenha(m) sofrido condenação criminal definitiva por prática, nesta condição, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) praticarem ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com Administração Pública.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Será considerado recusa formal:

a) a inexecução do contrato; e
b) a execução do contrato em desacordo com as condições estabelecidas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O valor da multa referida nesta cláusula será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde.

P M. CARACARAI
PROC 083/2020
FLS: 179
Ass: Luciana

**CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO**

**9.1** - A fiscalização da execução dos serviços será exercida por representantes do **CONTRATANTE**, neste ato denominados FISCAIS, devidamente credenciados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo ao credenciante (Art. 67, da Lei nº 8.666/93).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.**

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da (o) **CONTRATADA (o)**, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, prestação dos serviços inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (Art. 70, das Lei nº 8.666/93).

**PARÁGRAFO SEGUNDO - ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

A (o) **CONTRATADA (o)** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de fornecimento, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93).

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1** – O presente termo de contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – Unilateralmente pelo **CONTRATANTE**:

a) Quando houver modificações das especificações, para melhor adequar aos seus objetivos:

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

II – Por acordo das partes:

a) Quando necessário a modificação da forma de fornecimento em face da verificação da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente mantido o valor inicial atualizado.

c) Para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, nos termos do art.65, II, "d", da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrida após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicará a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Em havendo alteração unilateral deste contrato, que aumente os encargos da (o) **CONTRATADA (o)**, o **CONTRATANTE**, deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- RESCISÃO**

**11.1** - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, de acordo com o que estabelecem os Arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações, ficando assegurados os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa.

P.M. CARACARAÍ
DOC: 083/2020
FLS: 180
Ass: Luciana

**PARÁGRAFO ÚNICO** - É assegurado ao **CONTRATANTE** a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da (o) **CONTRATADA (o)**, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO**

**12.1 - O CONTRATANTE,** às suas expensas, providenciará a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Roraima, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data, em cumprimento à Lei Nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA - FÔRO**

**13.1** - As Partes elegem o Foro da Cidade de Caracaraí, Estado de Roraima, para dirimir qualquer questão oriunda deste contrato, preterindo outros, por mais especiais e privilegiados que sejam.

E por estarem certas e contratadas, assinam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor, forma e validade na presença de duas testemunhas.

**Prefeitura Municipal de Caracaraí, em 05 de agosto 2020.**

**PELO CONTRATANTE:**

**HENDRE GREGÓRIO DA SILVA**
Secretário Municipal de Saúde

**PELA (o) CONTRATADA (o):**

Luciana da Silva Lourenço
**LUCIANA DA SILVA LOURENÇO**
Contratada

Testemunhas:

**NOME:** Cleidiane Teodoro Mota **CPF:** 826.776.542-53

**NOME:** Jesica Ramos de Souza **CPF:** 014.010.032-65